

Anais da Assembléia

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, 21 DE AGOSTO DE 1973

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

COMISSÕES PERMANENTES

3.a SESSÃO LEGISLATIVA DA 7.a LEGISLATURA

COMISSÃO EXECUTIVA

PRESIDENTE — João Mansur
1.º VICE-PRESIDENTE — Santos Lima
2.º VICE-PRESIDENTE — Odilon Reihardt
1.º SECRETÁRIO — Jorge Sato
2.º SECRETÁRIO — Muggiati Filho (M.D.B.)
3.º SECRETÁRIO — David Federmann
4.º SECRETÁRIO — Hélio Manfrinato (M.D.B.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Costa
VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)
Ivo Thomazoni — Ovidio Franzoni — Antonio Lopes Jr. — Erondy Silvério
— Quielise Crisostomo — Igo Losso — Wilson Fortes — Paulo Camargo
— Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.).

SUPLENTE

Gilberto Carvalho — Arthur de Souza — Borsari Neto — Fuad Nacli —
Xenofonte Villanueva — Francisco Escorsin — Fabiano Braga Côrtes —
Basilio Zanusso — Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Rita Celestino Soares
REUNIÕES — As quartas-feiras

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

TITULARES

PRESIDENTE — Ovidio Franzoni
VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)
Fuad Nacli — Fabiano Braga Côrtes — Borsari Neto — Erondy Silvério —
Francisco Escorsin

SUPLENTE

Xenofonte Villanueva — Antonio Maciel — Basilio Zanusso — Marciano Ba-
raniuk — Igo Losso — Antonio Costa — Antonio Belinati (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Elcy Silva Batista
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Maciel
VICE-PRESIDENTE — Domicio Scaramella (M.D.B.)
Lázaro Dumont — Basilio Zanusso — Arizone Araújo

SUPLENTE

Fuad Nacli — Borsari Neto — Ovidio Franzoni — Francisco Escorsin —
Iris M. Caldart (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Ney Rodrigues
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Lopes Jr.
VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)
Olavo Ferreira — Antonio Maciel — Rosário Pitelli

SUPLENTE

Gabriel Manoel — Paulo Poli — João Fadel — Ivo Thomazoni — Sebas-
tião Rodrigues Júnior (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Maria Aparecida R. G. Amaral
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

TITULARES

PRESIDENTE — Domicio Scaramella (M.D.B.)
VICE-PRESIDENTE — Gabriel Manoel
Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.) — Alvaro Dias (M.D.B.)

SUPLENTE

Antonio Lopes Jr. — Ovidio Franzoni — Mauricio Fruet (M.D.B.) — An-
tonio Belinati (M.D.B.) — Nelson Buffara (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Agildes de Oliveira Martins
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

TITULARES

PRESIDENTE — Arizone Araújo
VICE-PRESIDENTE — Domicio Scaramella (M.D.B.)
Wilson Brandão — Xenofonte Villanueva — Ovidio Franzoni

SUPLENTE

Marciano Baraniuk — Antonio Costa — Basilio Zanusso — Aguinaldo P.
Lima — Mauricio Fruet (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Elza Carneiro Camargo
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TURISMO

TITULARES

PRESIDENTE — Xenofonte Villanueva
VICE-PRESIDENTE — Mauricio Fruet (M.D.B.)
Paulo Poli — Marciano Baraniuk — Wilson Brandão

SUPLENTE

Lázaro Dumont — Francisco Escorsin — Borsari Neto — Wilson Fortes
— Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Maria Stella do Amaral Gurgel
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE FINANÇAS

TITULARES

PRESIDENTE — Quielise Crisostomo
VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)
João Fadel — Fabiano Braga Côrtes — Fuad Nacli — Francisco Escorsin
— Gilberto Carvalho

SUPLENTE

Paulo Poli — Antonio Maciel — Wilson Fortes — Aguinaldo P. Lima —
Rosário Pitelli — Antonio Lopes Jr. — Sebastião R. Júnior (M.D.B.)
REUNIÕES — As terças-feiras
SECRETÁRIO — Terezinha Barbosa Moura e Claro

COMISSÃO DE POLÍCIA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)
VICE-PRESIDENTE — Arthur de Souza
Antonio Costa — Marciano Baraniuk — Nelson Buffara (M.D.B.)

SUPLENTE

Paulo Poli — Ivo Thomazoni — Basilio Zanusso — Mauricio Fruet (M.D.B.)
— Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Loris Cordeiro de Barros
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE REDAÇÃO

TITULARES

PRESIDENTE — Gilberto Carvalho
VICE-PRESIDENTE — Iris M. Caldart (M.D.B.)
Gabriel Manoel — Igo Losso — Basilio Zanusso

SUPLENTE

Xenofonte Villanueva — João Fadel — Lázaro Dumont — Antonio Lopes Jr.
— Alvaro Dias (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Lélcio Guimarães Sotto-Maior
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

TITULARES

PRESIDENTE — Paulo Poli
VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)
João Fadel — Arthur de Souza — Aguinaldo P. Lima

SUPLENTE

Gilberto Carvalho — Fabiano Braga Côrtes — Antonio Maciel — Quiel-
se Crisostomo — Domicio Scaramella (M.D.B.)
SECRETÁRIO — José Tavares Canto Filho
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

TITULARES

PRESIDENTE — Borsari Neto
VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)
Aguinaldo P. Lima — Lázaro Dumont — Arthur de Souza

SUPLENTE

Antonio Maciel — Arizone Araújo — Wilson Brandão — Wilson Fortes —
Domicio Scaramella (M.D.B.)
Divisão das Comissões, em 23 de março de 1973

3.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura Ata da 142.ª Sessão (Extraordinária) Realizada em 21 de Agosto de 1973 — 3.ª-Feira

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Muggiati Filho e Borsari Neto.

As 14,00 horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur, Santos Lima, Jorge Sato, Muggiati Filho, David Federmann, Hélio Manfrinato, Aginaldo Pereira Lima, Álvaro Dias, Antônio Belinati, Antônio Costa, Antônio Maciel, Arizone Araújo, Armando Queiroz, Arthur de Souza, Basílio Zanusso, Borsari Neto, Emílio Carazzai, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Igo Losso, Ivo Rocha, Ivo Tomazoni, João Fadel, Lázaro Dumont, Leopoldo Jacomel, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruct, Nelson Buffara, Olavo Ferreira, Ovidio Franzoni, Paulo Camargo, Paulo Poli, Quíelse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Sebastião Rodrigues Júnior e Wilson Fortes (39); achando-se ausentes os Srs. Deputados Odilon Reinhardt, Antônio Lopes Júnior, Domicio Scaramella, Fuad Nacli, Iris Caldart, Marciano Baraniuk, Wilson Brandão e Xenofonte Villanueva (8).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão Extraordinária, destinada à apreciação de Vetos governamentais.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.

Passa-se à

ORDEM DO DIA.

com a presença de 39 Srs. Deputados.

Em discussão a seguinte Proposição:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 156-73, Veto apostado ao Projeto de Lei n.º 272-70, de autoria do Sr. Deputado Wilson Fortes, que autoriza o Poder Executivo criar o Ginásio Estadual de Santa Maria, Distrito de Alto Paraná. Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. — Encerrada a discussão. Em votação. — **Rejeitado o Projeto, mantido o Veto.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para amanhã, dia 22, quarta-feira, às 14,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 160-73.

Levanta-se a Sessão.

3.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura Ata da 143.ª Sessão Ordinária Realizada em 21 de Agosto de 1973 — 3.ª-Feira

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Muggiati Filho e Ovidio Franzoni.

A Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur, Santos Lima, Jorge Sato, Muggiati Filho, David Federmann, Hélio Manfrinato, Aginaldo Pereira Lima, Álvaro Dias, Antônio Belinati, Antônio Costa, Antônio Maciel, Arizone Araújo, Armando Queiroz, Arthur de Souza, Basílio Zanusso, Borsari Neto, Emílio Carazzai, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Igo Losso, Ivo Rocha, Ivo Tomazoni, João Fadel, Lázaro Dumont, Leopoldo Jacomel, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruct, Nelson Buffara, Olavo Ferreira, Ovidio Franzoni, Paulo Camargo, Paulo Poli, Quíelse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Sebastião Rodrigues Júnior e Wilson Fortes (39); achando-se ausentes os Srs. Deputados Odilon Reinhardt, Antônio Lopes Júnior, Domicio Scaramella, Fuad Nacli, Iris Caldart, Marciano Baraniuk, Wilson Brandão e Xenofonte Villanueva (8).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, requer, seja consignado na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Albino Teixeira, ocorrido ontem na cidade de Paranaguá.

O extinto deixa viúva a Senhora Leonora Albini Teixeira, tendo o seu desaparecimento causado geral consternação naquela cidade, onde era bastante relacionado na sociedade.

Requer, outrossim, uma vez aprovada a presente proposição, dê-se ciência da decisão da Casa à família enlutada.

Sala das Sessões, em 21 de agosto de 1973.

(a) Nelson Buffara

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos de hoje, voto de pesar pelo falecimento de Gerson Sidney das Chagas Lima.

Amigos, Nobres Pares, com o coração amargurado pela dor, conclamo-vos a que atentais para as palavras que neste momento vos dirijo.

Consternado, ainda, pela brutalidade do golpe, sinto-me impulsionado pelo desalento a denunciar a enorme ferida aberta no seio da família paranaense, com a perda irreparável de um de seus ilustres filhos.

Vítima da fatalidade, faleceu no dia 18 próximo passado o jovem Gerson Sidney das Chagas Lima, a que, neste momento, meus Nobres Pares, esta casa renda esta homenagem.

Filho desta cidade, nasceu Gerson de Sezinando e Maria das Chagas Lima, há 31 anos passados. Trinta e um anos amalgamados pela retidão de caráter, nobreza de sentimentos, lealdade das atitudes e sisudeza das decisões.

Nesta mesma cidade de Curitiba enveredou pelos caminhos abertos pelas primeiras letras, concluindo em 1964, com brilhantismo de que sempre se revestiram suas conquistas, o Curso de Direito na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná.

Conclamado a colaborar na solução dos problemas educacionais de nossa terra, Gerson das Chagas Lima assumia em 1968, destacados encargos na Assessoria Jurídica da Fundação Educacional do Estado do Paraná — FUNDEPAR, para, em 1970, responder pela Chefia do Departamento do Material daquela Fundação Educacional.

A responsabilidade, honestidade, integridade e dedicação com que marcou, indelevelmente, sua atuação receberam do Egrégio Conselho Diretor da FUNDEPAR, voto de louvor, registrado nos Anais daquele Colendo Conselho, em março de 1971.

Destinado, por seu caráter, sua honestidade e sua dedicação, a galgar os mais elevados postos da administração pública paranaense, assumia Gerson das Chagas Lima, em 1972, a Diretoria Administrativa da FUNDEPAR.

Uma vez mais, seus ingentes esforços em prol do zelo pelo numerário público, e a responsabilidade com que geria os recursos do erário, receberam dos eminentes educadores que compõem o Egrégio Conselho Diretor da FUNDEPAR, voto de louvor, mandado registrar nos Anais daquela Fundação Educacional.

Espírito dinâmico e combativo, afeito à lida intensa, Gerson das Chagas Lima foi chamado, uma vez mais, há apenas 1 (um) mês, a arcar com a responsabilidade de chefiar o Departamento da Administração da FUNDEPAR.

O brilhantismo com que se desencumbia das mais complexas tarefas estimulava todos os que com ele as compartilhavam.

No vigor da mocidade, quando já se podia vislumbrar o futuro promissor que lhe estava reservado, quis a PARCA implacável cortar-lhe o fio da existência.

Ecoam, ainda, Nobres Senhores, os sons fatais do brutal desfecho, que privou o Paraná de um filho dedicado, e a Educação de um incansável batalhador.

Neste momento, Nobres Pares, em que, repudiando a hedionda fatalidade, denuncio, desconsolado, a perda irreparável que representa a partida de Gerson das Chagas Lima, conclamo todos à celebração.

A lembrança da figura nobre e impoluta conduza-nos à celebração da humanidade do homem, mediante a união de todos nós na expressão conciliadora de nossas relações mútuas.

Que Gerson das Chagas Lima represente um apelo para vivermos o futuro, ele, que celebrou a consciência de que poderia fazer de sua vida, o modelo do futuro de amanhã.

Outrossim, requer, ainda, seja dado conhecimento da decisão da Casa aos seus pais.

Sala das Sessões, em 21 de agosto de 1973.

(a) Leopoldo Jacomel

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, requer, ouvido o Plenário, que se encaminhe ao Senhor Diretor do DETRAN, Engenharia Marcos Prado, apelo para que sejam tomadas urgentes providências no sentido de ser colocado um semáforo no cruzamento das ruas Guararapes e Professor Ulisses Vieira, no bairro de Vila Izabel, tendo em vista o número de colisões de veículos que ali se verifica, com elevados prejuízos materiais e humanos, e que colocam o referido cruzamento entre os primeiros na estatística de acidentes em nossa Capital.

Sala das Sessões, em 21 de agosto de 1973.

(a) Nelson Buffara

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso das prerrogativas que lhe são conferidas pelo Regimento Interno depois ouvido o Plenário, requer seja encaminhado, pela Mesa desta casa, ao Doutor Emílio Gomes, Excelentíssimo Governador do Estado, apelo para que o mesmo interceda junto ao Governo Federal, para que sejam propiciados os necessários recursos para a implantação imediata da rodovia BR-101, a chamada transitorânea, no território paranaense.

Sala das Sessões, em 20 de agosto de 1973.

(a) — Fabiano Braga Cortes

JUSTIFICATIVA:

Pedir, também, é contribuir. Ao fazermos o presente apelo ao Exmo. Sr. Governador Emílio Gomes, sabemos que sua Excelência já tem, organizada, uma eficiente equipe de auxiliares e assessores de inegáveis qualidades de trabalho e inteligência e, está perfeitamente inteirado das mais prementes inteligências e, está perfeitamente inteirado das mais prementes necessidades do Estado. Sabemos do espírito de trabalho que o domina e da sua vontade de, no último instante do seu mandato, encaminhar seus amigos, seus familiares, e todos os brasileiros do Paraná, com a tranquilidade do dever cumprido; de ter contribuído com todas as suas forças, para que o nosso Estado tenha maior grandeza ao lado dos seus irmãos do Brasil.

O nosso Estado, dentro em pouco, irá sofrer grandes transformações. Não será somente o grande produtor agrícola, irá agigantar-se com a construção de Itaipú, a maior hidrelétrica do Mundo, e com a Refinaria da Petrobrás em Araucária; irá romper a barreira da fase industrial.

Estamos inteirados do plano rodoviário estadual com grandes obras em andamento, em fase de estudos e de outras que logo, serão iniciadas. Sabemos do breve início de 1.520 quilômetros de rodovias vicinais, que serão as abastecedoras dos chamados corredores de exportação. Estamos ao par de providências do Governo federal para a duplicação da rodovia Curitiba-São Paulo e Paranaguá Foz do Iguaçu. Esses trabalhos, da alçada federal, são urgentes e inadiáveis, pois conforme já dissemos, em outras oportunidades, irão evitar a formação de um verdadeiro e entupido funil que termina no Porto D. Pedro II em Paranaguá o que fatalmente, provocaria um refluxo na exportação da nossa produção, do Norte por São Paulo e do Oeste e Sul, por Santa Catarina.

Hoje, por intermédio desta Tribuna, pedindo o apoio dos Nobres Depu-

tados, que aqui representam todo o Estado, fazemos este apelo ao senhor Governador para que o mesmo interceda, com todos os argumentos e meios, junto aos altos escalões do Governo federal, e até mesmo, junto ao Presidente Médici, para que sejam propiciados os recursos necessários para a imediata execução da rodovia BR-101 no território paranaense.

A BR-101, que integra o plano Nacional de Viação aprovado pela Lei n.º 4.592, de 29 de dezembro de 1964, tem por finalidade permitir a movimentação, por via terrestre, ao largo de todo o litoral brasileiro, desde Natal no Rio Grande do Norte até Osório no Rio Grande do Sul com cerca de 4.000 quilômetros de extensão.

Essa rodovia, quase concluída na maior parte da sua extensão necessita ser levada a efeito na construção do trecho paranaense e de pequeno lance no litoral sul do Estado de São Paulo.

As obras da BR-101 no trecho Rio de Janeiro a Santos estão sendo levadas a efeito celeremente. Urge, agora, que o Governo federal cuide, também, do trecho paranaense dessa estrada que já provocou ser necessária para a economia e progresso do nosso, atualmente, pobre litoral.

E, assim, Senhores Deputados, é que interpretamos que, pedir, também é construir para que o Paraná que muito dá para o progresso do Brasil tenha, do Governo federal, um pouco daquilo que ele muito merece.

Pelo apoio que este apelo tiver dos Nobres Deputados, e do Senhor Governador, o nosso muito obrigado em nosso nome e de todos os paranaenses que olham para o futuro do nosso Estado.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, usando de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário seja consignado em Ata um voto de congratulações pela inauguração das novas instalações do Frigorífico Luso Brasileiro Central de Maringá, à testa do qual estão seus diretores, Srs. Joaquim Moleirinho e Joaquim Caetano.

JUSTIFICATIVA:

Há pouco mais de quinze anos, estes dois homens, verdadeiros pioneiros no ramo a que se dedicam, iniciaram as atividades com recursos modestos, mas com muita sede de trabalho e, num progresso constante, fruto da perseverança e dedicação, conseguiram fortalecer essa organização que é um exemplo no norte do Paraná e principalmente em Maringá.

O Frigorífico Luso Brasileiro Central de Maringá é hoje uma das potências comerciais paranaenses, com seu nome divulgado em toda a região centro sul brasileira e ainda conhecido além de nossas fronteiras pelas inúmeras transações que efetua mensalmente, exportando seus produtos para vários países, dignificando, desta forma, o nome de uma cidade e de todo o nosso Estado.

Sala das Sessões, em 21 de agosto de 1973.

(a) — Jorge Sato.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Casa, após ciência e aprovação do Plenário, o envio de apelo ao Excelentíssimo Senhor Cel. Jarbas Passarinho, Ministro da Educação e Cultura, no sentido de que aquela autoridade federal reformule o Parecer aprovado pelo Conselho Federal de Educação, que define os documentos escolares a serem cobrados pelos estabelecimentos particulares do País.

Estabelece aquele Plano, sr. Presidente, que: 2.a Chamada e 2.a Via de documentos de conclusão de curso, bem como multas por atraso de pagamento das mensalidades terão um acréscimo de 10% sobre o salário-mínimo regional.

Ora, nem todos pais de família, que mantem seus filhos em estabelecimentos particulares são pessoas bem aquinhoadas, e, para se ter um exemplo no fato, caso seja atrasado um dia no pagamento das mensalidades durante os meses do ano este mesmo chefe de família terá que desembolsar 100% do salário-mínimo de seu Estado, querendo dizer isto no Paraná, Cr\$ 280,00 ou seja o equivalente a mais dois pagamentos, em média, da mensalidade escolar. Uma reformulação mais humana traria benefícios incontáveis a estes pais que, com esforço, mantem seus filhos em colégios particulares para aprimorar-lhes a educação.

Sala das Sessões, em 21 de agosto de 1973.

(a) Antonio Belinati

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, nos termos em que dispõe o Regimento Interno, após ouvido o Plenário, requer, seja formulado um apelo ao Excelentíssimo Senhor Engenheiro Emilio Hoffmann Gomes, Digníssimo Governador do Estado, bem como, ao Excelentíssimo Senhor Engenheiro Maurício Schulmann, Digníssimo Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda e ao Exmo. Sr. Diretor do DNER, para que sejam tomadas as providências necessárias, a fim de que os Municípios recebam as importâncias que lhes são devidas a título de participação na Taxa Rodoviária, criada pelo Decreto-Lei n.º 999, de 21 de outubro de 1969, devidamente regulamentada em nosso Estado pela Lei n.º 6.124, de 13 de julho de 1970 e Instrução n.º 253, de 09 de março de 1971, do Excelentíssimo Senhor Secretário dos Negócios da Fazenda.

É do conhecimento nosso e inúmeros são os reclamos dos Prefeitos do Interior de que as importâncias devidas aos Municípios, calculadas a razão de 12% (doze por cento) sobre a Taxa Rodoviária, não vem sendo recolhidas em seu favor, na forma e como dispõe a Lei Estadual n.º 6.124, já citada, razão da formulação de nosso apelo.

Há o exemplo do Município de Arapongas, que serve para bem ilustrar o que ocorre.

Naquele Município a Lei Orçamentária, com fundamento nos recebimentos anteriores dessa verba, fixou uma previsão de Cr\$ 100.000,00, referente a sua participação na arrecadação dessa taxa.

Pois bem, até o mês de junho, o Município recebeu somente minguadas parcelas no montante de Cr\$ 8.782,49. No entanto, nos últimos trinta dias o Estado arrecadou em Arapongas a soma de Cr\$ 280.000,00.

Verifica-se que, sem motivo plausível a participação dos Municípios no produto da arrecadação da taxa rodoviária está sofrendo cerceamento capaz de causar sérios transtornos a vida administrativa de nossas comunas.

Daí, o presente apelo, que encerra tão somente a pretensão de fazer retornar a normalidade administrativa a um procedimento amoldado na

Lei, em que o próprio Governo do Estado é o maior interessado em dar a cada um o que é seu. visto que, destarte, o Estado-membro obtem substancial participação dessa arrecadação, e os Municípios mantem seu equilíbrio orçamentário, deixando de sofrer prejuízos em sua receita orçamentária.

Sala das Sessões, em 21 de agosto de 1973.

(a) — Muggiati Filho.

PROJETOS DE LEI:

Projeto de Lei n.º 178-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarado de Utilidade Pública, o movimento Pró Creche Nossa Senhora do Rocio, com sede em Curitiba.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20 de agosto de 1973.

(a) — Emilio Carazzai.

JUSTIFICATIVA:

A finalidade do movimento, por si só, justifica a declaração de utilidade pública, pois cuida do bem estar de crianças de idade pré-escolar, cujas mães trabalham fora do lar e que tem realmente poucos recursos.

Por esse e demais argumentos constantes dos Estatutos anexos, devidamente registrado e publicado, é que esperamos a acolhida do Plano de Lei em epigrafe.

Projeto de Lei n.º 179-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica concedido o título de "Cidadão Honorário ao Sr. Paulo Pinheiro Schmidt.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21 de agosto de 1973.

(a) — Antonio Belinati

OBS: A justificativa para a concessão deste título será encaminhada em anexo.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Não há oradores inscritos para o Pequeno Expediente.

No Grande Expediente, concedo a palavra no primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Sebastião Rodrigues Júnior.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES JÚNIOR — Sr. Presidente, srs. Deputados.

(Lendo): "Aqueles que somente por fortuna se tornam de privados em princípios, com pouca fadiga assim se transformam, mas só com muito esforço assim se mantêm não encontram nenhuma dificuldade pelo caminho pois atingem o posto a vô; mas toda sorte de dificuldades nascem depois que aí estão". (Machiavelli, "IL PRINCIPE").

Sr. Presidente, srs. Deputados. Viveram os paranaenses em geral, e mais diretamente os que têm assento nesta Casa, de 1971 para cá, uma série de experiências políticas e administrativas, em sua maior parte negativas e causas de sérios prejuízos para o Estado. Porém, algo de bom haveria de resultar dos acontecimentos passados, se a sua análise lúcida possibilitasse que as lições aprendidas fossem aplicadas para impedir a repetição dos mesmos erros.

Propício é o momento para certas considerações, pois vive o Paraná os primeiros dias de um Governo, cujos atos terão reflexos administrativos e políticos, como ocorre, aliás, com a ação de qualquer governo. Daí a minha discordância daqueles que pretendem governar dizendo-se não políticos, uma vez que seus atos terão sempre consequências dessa natureza. Ao se definirem como não políticos, confessam antecipadamente que serão maus políticos, mostrando o seu total despreparo para as funções governamentais.

Teve o Paraná, em 28 meses, a oportunidade de viver três experiências político-administrativas: Governos de Haroldo Leon Peres, Parigot de Souza e João Mansur.

Pretendo referir-me a elas sem obedecer a sua ordem cronológica, para o melhor atendimento de meus objetivos com esta exposição.

O Governo do Prof. Parigot de Souza tem a análise de suas realizações e reais possibilidades prejudicadas pelos fatos que são do conhecimento de todos. A debilidade física do honrado Professor, gravemente enfermo durante todo o período governamental, teve lógicos reflexos no acionamento da máquina administrativa do Estado. Todavia, a formação de Parigot de Souza, identificada em várias de suas atitudes, autoriza a afirmação de que o Paraná, por ele conduzido, viveria de paz e de harmonia política, facilitando o melhor andamento da administração. Recordo-me bem das palavras de S. Exa. em Palácio, por ocasião do encerramento da Sessão Legislativa de 1972. Na ocasião, com humildade, afirmou que estava começando a ser um político e a entender a Política nela vendo "não uma forma de dar muito a poucos, mas o meio de dar pouco ao maior número possível".

Os curtos períodos da administração João Mansur também serviram para mostrar a esta Casa e ao Paraná o conceito que tem do ato de governar alguém que é possuidor de uma das mais ricas experiências políticas do Estado. Soube o deputado João Mansur criar um clima de harmonia e otimismo entre as diversas tendências políticas do Estado.

Tiveram, assim, os dois Governos — Parigot de Souza e João Mansur — um dominador comum. O mesmo conceito que orientou o político vivido estava presente nas atitudes do Professor que dava os primeiros passos nos complexos e contraditórios caminhos da política. A experiência ensinou a um o que a sensibilidade e intuição mostraram ao outro a verdade histórica de que somente a paz e a harmonia constituem o clima ideal para que a semente do trabalho administrativo possa se desenvolver e produzir os melhores frutos.

O mesmo entretanto, já não entendia o Sr. Haroldo Leon Peres, sem dúvida alguma um estadista às avessas. Para ele a guerra era o procedimento natural, sendo a paz algo a que se chegava em consequência de disputas mau sucedidas, quando o governante sábio, consciente de sua responsabilidade histórica, apenas admite a guerra como o resultado último a que se chega após a frustração de todas as tentativas de entendimento.

E estão ainda bem vivos, porque recentes, na memória dos paranaenses, os dias de intranquilidade vividos sob a administração Leon Peres, para quem governar era a arte de agredir, de perseguir e de desunir. Absorveu-se de tal forma em tão inglória tarefa que, mesmo esquecida a imagem de prevaricador, nada restou de seu Governo além de uma enorme frustração e, o que é pior, sérios prejuízos à vida de nosso Estado.

Três Governos, duas concepções de governar.

UMA DE GUERRA, OUTRA DE PAZ!

Instala-se no Paraná um 4.º Governo: por qual das duas concepções se definirá o Sr. Emílio Gomes? Governo político, responderão alguns, perfeitamente capacitado a saber que o melhor caminho é o da paz. Mas, Governo político também, digo eu, repetindo o que diziam todos os que nele votaram: foi o do Sr. Haroldo Leon Peres, detentor, até por coincidência de um mesmo mandato de Deputado Federal.

Sinto um profundo respeito pela figura humana do sr. Emílio Gomes. Dou-lhe a minha solidariedade pelos momentos difíceis vividos mas ocorre que, a partir de 10 de agosto, o deputado Emílio Gomes passou a ser também o Governador do Estado do Paraná, com todas as graves implicações e responsabilidades decorrentes da honrosa e difícil investidura; seus atos terão interferência na vida de cada um e de todos os paranaenses, responsável primeiro pela séria opção — paz, ou concórdia — paz ou discórdia.

Parece-me, honestamente, eu desejaria estar enganado, que caminha o Governo para uma radicalização política do Estado, muito semelhante àquela criada pelo sr. Haroldo Leon Peres. Sinto-me obrigado, por antecipação, a advertir o Governo das consequências lamentáveis para o Estado, de um clima emocional desta natureza sobretudo porque o Governo do Sr. Emílio Gomes, em suas origens, embora possa assim não parecer, muito mais vulnerável politicamente do que o Governo Haroldo Leon Peres.

Responsável ainda se torna o Sr. Emílio Gomes pelos atos de todos os seus auxiliares de sua administração, uma vez que, pelo menos se presume, foram por ele escolhidos. E já responsabilizo o Sr. Governador, pelo palavreado fácil de seus Secretário do Interior e Justiça, sr. Otávio Cezário da Silva, que anda proclamando em reuniões um tanto abertas o objetivo governamental de extinguir a Oposição. Por mais que eu compreenda os arruinhos de Sua Excelência, naturais em um homem que passou toda a vida em "suplências", espécie de regra três do futebol político, e que de um momento para outro consegue a oportunidade de ser titular, não posso deixar sem censura o seu procedimento nada democrático. Apenas gostaria de solicitar a atenção do Sr. Secretário para o procedimento do suplente, que fica no banco de reservas, no futebol real: — uma vez convocado a entrar em campo, promove o chamado "aquecimento", preparando os músculos para a disputa. Quando assim não faz, no entusiasmo de mostrar o seu valor, sujeita-se à distensões musculares, as quais, além de muito doloridas podem comprometer o esforço geral da equipe. E em equipe derrotada, mostra o quotidiano, sr. Secretário — a responsabilidade quase sempre recai sobre o técnico, que muitas vezes perde até o emprego...

Continuando, sr. Presidente, srs. Deputados, torna-se o Sr. Emílio Gomes, responsável por qualquer interferência política no Banco do Estado do Paraná, sob condução reconhecida eficiente, no que diz respeito ao encaminhamento de soluções para vultosos e periclitantes negócios ali existentes.

O sr. Luiz Roberto Soares — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Estou atento ao pronunciamento de V. Exa. versando em termos de fina ironia.

Aproveitaria este aparte, para fazer breve comentário quando se atribua ao Secretário do Interior e Justiça, a paternidade da expressão "extinguir" a Oposição.

Eu, realmente, não posso atestar e nem confirmar, a veracidade desta expressão. Se verdadeira, confesso que a mim, também causaria espanto porque a extinção da Oposição redundaria na extinção do próprio jogo democrático. É evidente, e não há porque negar que a rigor, o modelo político que está se pretendendo instalar no País, tendo alguns percalços, exatamente pela pouca representatividade e robustez dos partidos políticos, eu que até sou favorável a que se amplie o quadro político não poderia acreditar muito embora não o negue porque desconheço como e já afirmei. Mas acharia pouco aceitável que o Sr. Otávio Cezário, o ilustre Sr. Secretário do Interior e Justiça, expendesse um conceito tão desastroso quanto aquele que V. Exa. parece atribuir a ele. No entanto, eu desde já, quero deixar claro a minha posição a respeito destes termos. Se disse, disse mal, acho muito difícil e pouco crível como já disse, que ele tenha assim se referido em termos de comportamento político, em termos de estratégia política à testa da Secretaria do Interior e Justiça.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES JÚNIOR — Agradeço o aparte de V. Exa. de fato, também a mim causou espanto, as afirmativas do sr. Secretário do Interior e Justiça. As informações que tenho são de boas fontes. Eu não ouvi S. Exa. proferir tal afirmação, mesmo porque não tive e não tenho o prazer de conhecer pessoalmente o titular da Secretaria do Interior e Justiça. Faço aqui esta informação com as restrições que ela me merece, e acredito, V. Exa. na condição de líder da Bancada da ARENA terá a oportunidade de levar ao conhecimento do Sr. Secretário do Interior e Justiça, as afirmações que este Deputado do MDB faz da Tribuna, de críticas a ele, por afirmações que me parece um tanto levinas. E fica aberta a possibilidade do sr. Secretário se manifestar a respeito, inclusive, através de V. Exa. que evidentemente não poderia aqui responder, matéria de tal natureza, uma vez que desconhecia as afirmações que presto agora nesta Casa e ao povo do Paraná.

O Sr. Luiz Roberto Soares — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Aceito a incumbência que me é deferida por V. Exa., e tenho a certeza que este possível equívoco ficará desfeito. Reitero o meu espanto e a minha perplexidade, e se confirmada a denúncia, posso considerar assim, que traz V. Exa. neste momento à Assembleia Legislativa do Paraná, em complemento ao que já disse em aparte anterior, confirmo que a extinção do Partido da Oposição, seria a extinção do frágil jogo democrático. que a duras penas nós políticos, estamos tentando fazer neste País, por contingência e por condições objetivas que podemos explicar e a quem não podemos responsabilizar. A situação brasileira decorre de uma emergência revolucionária e ainda não se definiu o quadro político nesse País.

Acredito que a classe política e nesse sentido a Oposição tem uma tarefa ingente e urgente a desempenhar, também como o Partido situacionista, Aliança Renovadora Nacional, tenho certeza, é exatamente na medida em que a Oposição exerce a sua vocação política, este País ganhará mais densidade democrática.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES JÚNIOR — Agradeço a V. Exa. nobre Deputado o aparte. E apenas desejaria que os homens experientes em política que comandam o Governo do Estado e a Secretaria do Interior e Justiça, tivesse a capacidade de discernimento e a prosperidade de entendimento que V. Exa. na sua juventude e com sua cultura mostra possuir neste momento.

O Sr. Luiz Roberto Soares — Acredito na generosidade de V. Exa.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES JÚNIOR — Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, discorreria eu sobre as responsabilidades do Sr. Emílio Gomes, à frente do Governo do Estado do Paraná. Passa S. Exa. a ser responsável também pela transformação do BADEP em um Banco que contribui efetiva-

mente para o Desenvolvimento do Paraná, esperando que não continue a dedicar-se preferencialmente ao progresso de alguns privilegiados paranaenses e de seus sócios de outros Estados.

Igualmente ficará responsável o Sr. Emílio Gomes, pela aplicação dos famigerados comandos políticos, verdadeira geografia de imoralidades, sistema absurdo que permite aos Deputados, mesmo derrotados em eleições municipais, utilizarem-se da autoridade governamental diluída em condomínio para a realização de verdadeiras vinditas políticas, em prejuízo das administrações eleitas contra a sua vontade e que nada mais representam, em muitos casos, do que o argumento vivo da deficiência de suas próprias lideranças.

Grandes e variadas são, portanto, as responsabilidades de quem está investido dos poderes de chefia do Executivo Estadual. Deixa de ser o cidadão EMÍLIO GOMES para transformar-se no Governador de todos os paranaenses. Da mesma forma enormes são as responsabilidades dos homens da OPOSIÇÃO, aos quais compete a fiscalização dos negócios do Estado.

Não pretendemos participar dos favores governamentais, mas exigimos a observância de nossos direitos de Deputado e de cidadão. Sobre tudo queremos respeito à nossa condição de representantes do Partido da Oposição com obrigações a cumprir tão nobres e importantes como aquelas que estão afetas aos que detêm, em nome do situacionismo, a direção da vida administrativa do Estado.

Pretendemos que os nossos Prefeitos sejam respeitados e não objeto de pressões, pois representam Municípios paranaenses que não sofrem distinções nas obrigações que têm para com o Estado, e que, portanto, não devem sofrer também limitações nos benefícios a que, em igualdade de condições, com os demais devam receber do Governo.

Creio, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que eram estas as considerações que me sentia obrigado a fazer neste início de Governo. Desejo, ao final de minhas palavras, expressar ao Sr. EMÍLIO GOMES, nascidos do mais profundo amor que nutro pela terra paranaense, os votos de um Governo dos mais felizes em realizações, pois o Paraná muito necessita delas.

"Espero também que saiba S. Exa. preservar o clima de paz e tranquilidade em que ultimamente tem vivido politicamente o Estado. De parte da Oposição contará o Governo com toda a contribuição para que assim seja.

Entreguem-nos, cada um, ao cumprimento das respectivas missões. E façamo-la com os olhos postos na DIGNIDADE, pois com ELA pode-se sobreviver sem governos e até mesmo contra governos, mas cientes de que com o SEU sacrifício não há sobrevivência, mesmo que se tenha ao lado o Governo".

O Sr. Maurício Fruct — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Brilhante Deputado Sebastião Rodrigues Jr., V. Exa. desta Tribuna espelhou com clareza seu pensamento que, na realidade, é o pensamento da Liderança do MDB nesta Casa. Portanto, no instante em que nos congratulamos pela sua manifestação elegante sob todos os aspectos, situando o posicionamento da Bancada, queria dizer que seria uma honra para nós se este pronunciamento se pudesse ser utilizado como um pronunciamento feito em nome da Bancada.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES JR. — Agradeço o aparte e, com satisfação passo a fazer de minhas palavras as palavras dos meus companheiros de Bancada, satisfeito e alegre de que o pronunciamento, o pensamento deste Deputado seja o de todos aqueles que compõem a Bancada do MDB nesta Casa.

Fica, pois, no aparte de V. Exa. e no meu prazer, a consignação de que as palavras aqui proferidas constituem o ponto de vista do MDB face ao novo Governo que se instalou no Estado do Paraná.

Obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito para o Grande Expediente, Sr. Deputado Muggiati Filho.

O SR. MUGGIATI FILHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Desejamos ressaltar, com a brevidade necessária, um aspecto de um Requerimento que encaminhamos à Mesa nesta data, relativo à taxa rodoviária e a participação pelos Municípios no produto da mesma.

Como pretendemos estender o apelo ao nobre Líder do Governo nesta Casa, e como está é a primeira vez que ocupamos a Tribuna após a sua ascensão à alta função de Liderança, desejamos preliminarmente registrar a nossa satisfação pessoal e, acreditamos seja esse o pensamento generalizado nesta Casa, na grande oportunidade que terá esta Assembleia de ver valorizado o seu trabalho pela sua inteligência e pela sua combatividade, nobre Deputado Ivo Tomazoni.

Formulamos, portanto, nossos votos de que no desempenho dessa missão, V. Exa. através de seu trabalho, venha como seus antecessores, e certamente o fará agir de modo a que o Poder Legislativo se orgulhe de V. Exa.

Os Municípios percebiam normalmente sua participação na taxa rodoviária. Regulamentada por esta Assembleia vinha sendo observada através da Portaria n.º 1.058, da Secretaria da Fazenda, em que os valores arrecadados eram recolhidos diretamente às Prefeituras e mensalmente. Pois bem, neste País em que se modificam as leis e os regulamentos quase que inesperadamente, muitas vezes quando não existe necessidade de modificação, e tantas são as modificações que o próprio Gabinete de Assistência Técnica desta Casa não contém em seus arquivos qual o último ato do Governo Federal que alterou sua própria legislação e a legislação estadual, em vigor, ocasionando e tumultuando em relação aos cofres municipais um desequilíbrio orçamentário em muitas Prefeituras, citando em nosso requerimento um exemplo real que constatamos na última semana em que estivemos em Arapongas. Consta de nosso Requerimento que o orçamento daquele Município fez uma previsão de 100 mil cruzeiros relativa sua participação na taxa rodoviária durante este ano. No entanto, decorridos 6 meses, o Município recebeu apenas a soma de 8.882,49 centavos, que se presume constitui saldo do exercício passado, não tendo nada recebido com relação ao ano de 73.

Não obstante, somente no mês de junho ter o Estado arrecadado em Arapongas 280 mil cruzeiros, ou 280 milhões de cruzeiros antigos. Sabem V. Exas., e V. Exa. principalmente nobre Líder do Governo, homem do interior, que essas diferenças mensais para os Municípios constituem, quando ausentes de seus cofres, verdadeiros desequilíbrios na vida administrativa dos Municípios.

Não é somente Arapongas que faz esta reclamação. Outros Municípios não têm recebido normalmente essas taxas, a sua participação dessas taxas daí a razão pela qual endereçamos um Requerimento ao Sr. Governador do Estado e ao Sr. Secretário da Fazenda, em busca de providências no sentido de que os Municípios recebam as importâncias que lhe são devidas.

O Sr. Ivo Tomazoni — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Deputado Muggiati Filho, inicialmente devo agradecer as bondosas palavras de V. Exa. quando, referindo-se a este Deputado, preconizou o procedimento do diálogo que existe entre a Bancada Situacionista e Oposicionista nesta Casa. Devo mesmo afirmar que foi sempre uma grande honra para este Deputado ter tido a oportunidade de, diversas vezes, dialogar com V. Exa. e com os

eminentes integrantes da valorosa Bancada do Movimento Democrático Brasileiro.

O SR. MUGGIATI FILHO — Obrigado.

O Sr. Ivo Tomazoni — Quero ter a oportunidade de demonstrar que ao Governo do Estado interessa, realmente, que o clima reinante nesta Casa de Leis continue como está, isto é, todos voltados para o interesse do bem comum e cada vez mais voltados para o desenvolvimento do Estado.

V. Exa. traz à Tribuna um problema que, em princípio, poderia parecer que o Governo do Estado não está preocupado em atender aquilo que deveria, com urgência, atender no tocante ao pagamento da quota correspondente aos Municípios relativa ao recolhimento da taxa rodoviária única.

Mas, veja, Sr. Deputado, V. Exa. diz bem as leis neste País, os Decretos-Leis se sucedem num ritmo tão vertiginoso, as regras do jogo são mudadas tão rapidamente e tantas vezes, visando unicamente o aperfeiçoamento da máquina administrativa que, neste caso em especial, a Secretaria da Fazenda se deparou com um impasse.

Farei um retrospecto rápido do que tem ocorrido com relação a este problema. O Sr. Secretário da Fazenda, tendo por base o Decreto Lei 999/69, de 21 de outubro de 1969, baixou a Instrução 253/71, disciplinando o recolhimento da Taxa Rodoviária Única e consequente entrega, da importância correspondente, à União e aos Municípios.

Todavia, Sr. Deputado, no dia 7 de fevereiro do corrente ano o Governo Federal baixou o Decreto n.º 71.824, que é o Decreto Lei que dispõe sobre o recolhimento da Taxa Rodoviária Única, e no artigo 1.º deste Decreto Lei, nobre Deputado, nós temos: — O valor anualmente devido pelo proprietário de um veículo sujeito ao pagamento da Taxa Rodoviária Única nos termos dos Decretos Leis n.ºs. 999 de 21 de Outubro de 1969 e 1242 de 30 de Outubro de 1972, e da Lei n.º 5.841 de 6 de Dezembro de 1972, será recolhida diretamente pelo contribuinte à rede arrecadadora de tributos federais, ficando, este pagamento, vinculado ao veículo.

Parece-me, este artigo 1.º do Decreto 71.824, é que mudou as regras do jogo, porque, se baseado no Decreto 999, antes, o Governo recolhia à conta da Secretaria da Fazenda portanto ao Tesouro do Estado para ele, Governo do Estado, depois recolher ao Tesouro Federal a quota correspondente ao Governo Federal, e aos Municípios a quota correspondente a eles. Este Decreto Lei mudou as regras do jogo porque manda que o contribuinte, ao recolher à rede bancária, automaticamente credite à conta do Governo Federal.

Em Maio do corrente ano o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem depositou, à conta do Governo do Estado do Paraná, a importância de 5 milhões de cruzeiros, importância, segundo o DNER, devida aos Municípios do Estado do Paraná; o Sr. Secretário da Fazenda na época, por expedientes inúmeros, solicitou do Sr. Diretor do DNER, o fornecimento da relação dos Municípios, em que constasse a importância devida a cada um para que o Estado pudesse imediatamente pagar aos Municípios, a importância a que cada um correspondia. O Sr. Deputado João Mansur, quando no exercício do Governo do Estado teve oportunidade de, também, por Telex, endereçar apelo ao Ministro da Fazenda e ao Ministro dos Transportes, encarecendo urgência na entrega destas relações ao Governo do Estado, para que, imediatamente, o Governo pudesse repassar as importâncias, aos Municípios.

A informação do Ministro dos Transportes, fornecida através do DNER, era de que, aquela Chefia havia solicitado ao SERPRO — Serviço de Processamento de Dados — para onde são recolhidas, ou recolhida uma das vias do recolhimento da Taxa Rodoviária Única, é a quem devia, a quem estava afeto aliás a providência de remeter ao Governo do Estado esta relação discriminativa.

Os apelos se sucederam, os meses de Junho, Julho e mesmo este mês de Agosto; há poucos momentos eu conversava com o dr. Edson, encarregado deste setor na Secretaria da Fazenda, quando me informava o dr. Edson que, o Engenheiro Chefe do 9.º Distrito do DNER aqui sediado havia prometido que até fins do corrente mês haveria de entregar, à Secretaria da Fazenda, a relação dos Municípios com a importância correspondente; e o Governo do Estado está também com o direito em conta vinculada no Banco do Brasil, sem poder utilizá-la, é um dinheiro que está em conta quase que a fundo perdido, porquanto, não pode o Governo utilizar-se da importância, pois a conta é vinculada e específica e não podendo também dar aos Municípios o que a eles é devido. Então, veja V. Exa., parece-me, se alguém neste particular tiver de tomar providências imediatas é realmente o SERPRO, que já deveria ter entregue a relação para que a Secretaria da Fazenda imediatamente repassasse as importâncias aos Municípios. Quando em 1972, o Estado recolhia, para o Estado então pagar à União e aos Municípios, todas as Prefeituras receberam o correspondente daquele exercício, com exceção de cinco ou seis Prefeituras que só não receberam porque não requereram o pagamento.

É a informação que nós temos e que dou a V. Exa. Informação para justificar o interesse do Governo do Estado em apressar o pagamento do correspondente aos Municípios.

O SR. MUGGIATI FILHO — As informações de V. Exa. Deputado Ivo Tomazoni, eminente Líder da Bancada do Governo, são realmente das mais valiosas possíveis, no sentido de que o assunto fique plenamente esclarecido junto aos nossos Municípios e às administrações municipais. Mas, por outro lado, justificar plenamente aquilo que ousamos afirmar de início, de que talvez a modificação nesta Legislação, seria desnecessário e veio controverter um serviço que estava feito de uma maneira eficiente e limpa. Nós havíamos tomado conhecimento por outro lado também, de que o ex-Governador João Mansur, havia feito este apelo aos órgãos federais, no sentido de que fossem levantadas as quotas dos Municípios. E por incrível que pareça, os Municípios não estão habilitados a receberem suas quotas por falta dos dados respectivos. Mas aí, existe alguma coisa que não combina e que faz ressaltar o equívoco desta legislação, da nova legislação. Porque o DETRAN em Arapongas, mensalmente, comunica à Prefeitura do montante arrecadado da Taxa Rodoviária Única. Ora, se no interior eles têm conhecimento do montante, como justificar que os órgãos que detêm o dinheiro, o desconhece. Nós temos a impressão de que o Governo, tirando o poder arrecadador do Estado, destas importâncias, ele quis naturalmente beneficiar as instituições arrecadadoras que, de qualquer forma, terão o depósito desta importância por algum tempo, na compensação aos serviços que prestam gratuitamente à União. Mas o fato é que nós estamos no meio do ano, e os Municípios precisam deste dinheiro com o qual contavam. De modo que acreditamos que seria oportuno um novo esforço do Governo do Estado no sentido de que os impressos existentes, para que os Municípios recebam as suas quotas, sejam removidos.

O Sr. Ivo Tomazoni — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Apenas para indagar de V. Exa. se o Requerimento de V. Exa. está tão somente endereçado como apelo ao Sr. Governador do Estado ou se ele amplia também para o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, que é quem repassa o dinheiro do Paraná, com o Governo do Estado, sem contudo

ter tomado a providência de exigir do SERPRO a entrega da representação discriminativa dos Municípios e importâncias correspondentes, pedidas pelo DR-1 e que deve ser ressarcida o quanto antes.

Porque, quando disse a V. Exa. que o DNER já depositou em conta fechada ao Governo do Estado, a importância de 5 milhões, isto correspondendo ao primeiro trimestre do corrente ano.

O SR. MUGGIATI FILHO — Esta soma permanece em poder do Banco do Brasil.

O Sr. Ivo Tomazoni — Perfeitamente, está vinculada em conta praticamente morta porque o Governo não poderá manifestar-se a não ser com o valor dos cheques nominais em favor das Prefeituras dentro da relação.

Quero crer que um apelo dirigido ao DNER caberia. Porque, parece-me esta providência, é o único órgão a quem cabe pressionar o SERPRO para que cumpra esta exigência de fazer chegar às mãos da Secretaria a relação, também para que o Governo do Estado possa começar a emissão dos cheques.

Segundo informações também da Secretaria da Fazenda é de que o Governo do Estado pretende este mês ainda efetuar o pagamento correspondente ao primeiro trimestre e tão logo receba a relação, relativa à arrecadação do segundo trimestre, também estará em condições de pagar. Obrigado.

O SR. MUGGIATI FILHO — Acolhendo a sugestão do nobre Líder, Deputado Ivo Tomazoni, uma vez que o nosso Requerimento é dirigido ao Sr. Governador do Estado, ao Sr. Secretário da Fazenda, peço a V. Exa. que o pedido seja extensivo ao Departamento Nacional de Estradas de Rodagem.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 39 Srs. Deputados.

Esta Presidência registra com satisfação a presença dos Srs. José Viana, Prefeito Municipal de Quinta do Sol; José Novaes Porto, Prefeito Municipal de Fênix e Moisés de Oliveira, Vereador de Rio Azul.

Chamamos atenção dos Srs. Deputados que, em razão dos Requerimentos aprovados na Sessão de ontem, a Sessão de 6.a feira — dia 24, será dedicada ao "Dia do Exército". Esta Presidência designa o Deputado João Kalil Fadel, como orador oficial da Casa, para falar sobre a data.

Tenho a satisfação de transmitir aos Srs. Deputados, um ofício recebido do Sr. Secretário de Viação e Obras Públicas, nos seguintes termos: (Lê):

"Senhor Presidente:

Temos a honra de convidar Vossa Excelência e os Senhores Deputados dessa Colenda Casa de Leis, para participarem da "Reunião" a realizar-se na Companhia de Telecomunicações do Paraná — TELEPAR, às 11,00 horas, do dia 24 de agosto do corrente ano, em sua sede à Rua Manoel Ribas n.º 115, oportunidade que será apresentado o "Plano de Obras 1973/75 e a Política de Telecomunicações" a ser desenvolvida pela Empresa.

Após a reunião, será oferecido pela Companhia, um almoço aos participantes.

Sem mais, aproveitamos a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência, nossos protestos da mais alta estima e distinguida consideração.

(a) — Eng. Osiris Stenghel Guimarães
Secretário de Estado"

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência tem a grata satisfação de registrar a presença neste Plenário, do Sr. Leonardo Skalitz, Vice-Presidente da Câmara Municipal de Rio Azul.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Emílio Carazzai, constante do Expediente. — Necessita de apoio. — Apoiado. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Antônio Belinati, constante do Expediente. — Necessita de apoio. — Apoiado. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 271-71, de autoria do Dep. Quielise Crisóstomo da Silva, que autoriza o Poder Executivo criar um Curso Ginásio no Distrito de Fernão Dias, Município de Munhoz de Melo. Parecer CONTRÁRIO da C.C.J. e Pareceres favoráveis da C.F. e C.I.P. — Aprovado.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 37-73, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça ex-Proposição n.º 110-73, que aprova Convênio firmado entre o Governo do Estado e o Município de Loanda, objetivando fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local, mediante dotações do FUNRESPOL e de verbas do orçamento do referido Município. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.P. EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 252-71, de autoria do Dep. Quielise Crisóstomo da Silva, que autoriza o Poder Executivo construir, através da S.V.O.P., um prédio para funcionamento do Ginásio do Município de Bocaiuva do Sul e dá outras providências. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — Aprovado, artigo por artigo.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 88-73, de autoria do Dep. David Federmann, que declara de Utilidade Pública a "Sociedade Espírita São Francisco de Assis de Amparo aos Necessitados", com sede na cidade de Ponta Grossa. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — Aprovado, artigo por artigo.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 93-72, de autoria do Dep. Odilon Reinhardt, que autoriza o Poder Executivo criar um Ginásio Estadual no Distrito de Alvorada d'Oeste, Município de Cascavel, autorizando igualmente, construir através da S.V.O.P., o prédio para funcionamento do referido Ginásio e dá outras providências. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 93-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar um Ginásio Estadual no Distrito de Alvorada d'Oeste, município de Cascavel, com início previsto para o próximo ano.

Art. 2.º — Fica, igualmente, autorizado o Poder Executivo a construir, através da Secretaria de Estado dos Negócios de Viação e Obras Públicas, o prédio destinado ao funcionamento do referido Ginásio Estadual.

Art. 3.º — As despesas com a execução desta Lei, correrão à conta das dotações específicas consignadas no Orçamento Geral do Estado.

Art. 4.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21 de junho de 1972.

Odilon Reinhardt — Dep. Estadual

JUSTIFICATIVA:

O alto índice de população em idade escolar, por si só justifica o presente plano de lei, de vez que assim, se estará dando oportunidade de seguimento nos estudos àqueles que já tenham concluído o curso primário.

Alvorada d'Oeste, apresenta em nossos dias alto nível de desenvolvimento dentro do município de Cascavel.

Através do desbravamento das terras daquela região, para ali afluíram e convergiram populações rurais de diversas e diferentes localidades não só do Paraná, mas igualmente de todos outros Estados da Federação.

População esta que necessita de uma melhor formação educacional, formação esta que somente será alcançada com o advento da criação de um Ginásio Estadual para aquele distrito.

Temos plena certeza que nossa reivindicação encontrará eco não somente junto ao nobres componentes desta Casa de Lei, bem como, junto ao Poder Executivo do Estado, que estará desta forma não somente atendendo a uma justa reivindicação do povo de Alvorada d'Oeste, mas também contribuindo para o engrandecimento do nosso Paraná, engrandecimento este que somente será atingido, com a elevação do índice de cultura de seu povo.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 93-72

1 — O presente Projeto de Lei, de autoria do nobre Deputado Odilon Reinhardt visa autorizar o Poder Executivo a criar um Ginásio Estadual, no Distrito de Alvorada D'Oeste, Município de Cascavel e igualmente, a construção do prédio, através da S.V.O.P., para o funcionamento do referido ginásio e dá outras providências.

2 — Referido Projeto que ora examinamos está de conformidade com o que determina o art 123 e parágrafos, do Regimento Interno.

3 — A proposição se nos afigura oportuna e necessária, dadas às razões apresentadas pelo seu ilustre autor, na justificação da mesma. pois dotará o referido Distrito do estabelecimento de ensino, para atender uma expressiva população em idade escolar.

4 — Face ao exposto e não havendo qualquer impedimento de ordem legal ou constitucional, opinamos pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 30 de agosto de 1972.

aa) (Assinatura Ilegível) — Presidente

Erondy Silvério — Relator

(Assinaturas Ilegíveis)

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N.º 93-72

Autor: Dep. Odilon Reinhardt

Súmula: Autoriza a criação de Ginásio Estadual no Distrito de Alvorada D'Oeste, Município de Cascavel e dá outras providências.

PARECER

1 — O Projeto de Lei em pauta recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

2 — Tratando-se de matéria de cunho educacional e, por isso mesmo, de alta relevância para o desenvolvimento do Estado e do País, não vemos como negar a nossa APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26 de setembro de 1972

(Assinatura Ilegível) — Presidente

(Assinaturas Ilegíveis) — Relatores

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 93-72

1 — Visa o presente plano de lei, de autoria do Nobre Deputado Odilon Reinhardt, autorizar o Poder Executivo a criar um Ginásio Estadual no Distrito de Alvorada D'Oeste, Município de Cascavel e igualmente, a construção do prédio, através da S.V.O.P., para o funcionamento do referido ginásio e dá outras providências.

2 — Referida proposição que ora examinamos já mereceu pareceres favoráveis das douts Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

3 — O projeto se nos afigura oportuno e necessário, dadas às razões apresentadas pelo seu ilustre autor na justificação do mesmo, pois com a criação e a construção do prédio do referido ginásio, se atenderá não só uma expressiva população em idade escolar, como também, virá ao encontro no que dispõe a legislação de Diretrizes e Bases da Educação.

4 — Face ao exposto, opinamos pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em de de 1973.

(Assinatura Ilegível) — Presidente

Alvaro Dias e (Assinatura Ilegível) — Relatores

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, Requerimento de autoria do Sr. Deputado Leopoldo Jacomel, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Gerson Sidney das Chagas Lima. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, constante do Expediente, solicita voto de pesar pelo falecimento do Sr. Albino Teixeira, ocorrido na cidade de Paranaguá. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Diretor do Detran, no sentido de que sejam, tomadas providências visando a colocação de um semáforo no cruzamento das ruas Guararapes e Professor Ulisses Vieira, no bairro de Vila Izabel, nesta Capital. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fabiano Braga Côrtes, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que interceda junto ao Governo Federal, para que sejam propiciados os necessários recursos para a implantação imediata da rodovia BR-101. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jorge Sato, constante do Expediente, solicitando voto de congratulações pela inauguração das novas instalações do Frigorífico Luso Brasileiro Central de Maringá. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Belinati, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Ministro da Educação e Cultura, no sentido de que se digne reformular o Parecer aprovado pelo Conselho Federal de Educação, que define os documentos escolares a serem cobrados pelos estabelecimentos particulares do País. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Muggiati Filho, constante do Expediente, solicitando seja enviado apelo ao Sr. Governador do Estado, bem como, ao Sr. Secretário da Fazenda, no sentido de que sejam tomadas as providências necessárias, a fim de que os municípios recebam as importâncias que lhes são devidas a título de participação na Taxa Rodoviária. — Aprovado.

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, quarta-feira, dia 22, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 252-71 e 88-73.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 93-72.

1a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 255-70, 225-71, 12-73, 61-73 e 79-73.

Levanta-se a Sessão.

ATAS DAS COMISSÕES:

COMISSÃO DE REDAÇÃO

7a. LEGISLATURA — 3a. SESSÃO LEGISLATIVA ATA DA 17a. REUNIAO ORDINARIA

Aos dezessete dias do mês de agosto do ano de hum mil novecentos e setenta e três, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação Final, sob a presidência do Deputado Gilberto Carvalho, havendo número legal o Senhor Presidente declarou aberto os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, ocasião em que o Deputado Basílio Zanusso apresentou a redação final do seguinte projeto: PROJETO DE LEI N.º 217-72 — de autoria do Deputado Muggiati Filho, que apresenta emenda ao Projeto de Lei n.º 195-72 adita a redação que especifica, ao item 11, do artigo 56, do referido Projeto. APROVADA — Pelo Deputado Iris Caldart foi apresentado redação final aos seguintes projetos. PROJETO DE LEI N.º 50-73 — de autoria do Deputado Odilon Reinhardt, que autoriza o Poder Executivo a conceder pensão mensal de 150,00 (cento e cinquenta cruzeiros) a Maria Araújo Maia, viúva do ex-membro da Polícia Militar do Estado. PROJETO DE LEI N.º 107-73 — de autoria do Poder Executivo — Mensagem n.º 49-73, encaminhando anteprojeto de lei que isenta do imposto sobre transmissão de bens imóveis e de direitos reais a eles relativos, o Banco Interamericano de Desenvolvimento. PROJETO DE LEI N.º 110-73 — de autoria do deputado Antônio F.F. da Costa Filho, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Morretes, 3 três tratores e 3 três grades hidráulicas de 3 pontos, na forma que especifica. PROJETO DE LEI N.º 113-73 — de autoria do Poder Executivo — Mensagem n.º 50-73, encaminhando anteprojeto de lei que objetiva acrescentar dispositivos ao artigo 3.º, da Lei n.º 6.210, de 2-8-71. APROVADAS. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Lélío Guimarães Sotomaior, Secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

aa) Gilberto Carvalho — Presidente

Lélío Guimarães Sotomaior — Secretário

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 217-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — O item 11, do parágrafo único, do artigo 56, da Lei n.º 6.346, de 29 de dezembro de 1972, (Lei Orgânica do I.C.M.), passa a ter a redação seguinte:

“Art. 56.

Parágrafo único

11. É admissível a apreensão de mercadorias, livros e documentos como prova material da infração tributária, mediante termo de depósito, quando flagrante a infração, ficando o infrator com cópia de todos os atos devidamente autenticados”.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 17-8-73

aa) Gilberto Carvalho — Presidente

Basílio Zanusso e Alvaro Dias — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 50-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a conceder pensão mensal de valor de Cr\$ 150,00 (cento e cinquenta cruzeiros), à Senhora Maria Araújo Maia, viúva do membro da Polícia Militar do Estado, Manoel Rufino Maia.

Art. 2.º — As despesas decorrentes da execução desta Lei, correrão à conta da verba própria do Orçamento Geral do Estado.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 17-8-73

aa) Gilberto Carvalho — Presidente

Iris Caldart e Lázaro Dumont — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 107-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Tendo em vista o disposto nos artigos 98, 97, VI e 179 do Código Tributário Nacional, combinado com as seções 1, 9 e 10 do artigo XI do Convênio Constitutivo do Banco Interamericano de Desenvolvimento, aprovado pelo Senado Federal através do Decreto Legislativo n.º 18 de 7 de dezembro de 1959, fica declarada de isenção, à essa Instituição financeira, do

imposto a que se refere o inciso I, do artigo 23, da Constituição da República Federativa do Brasil.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 17-8-73

aa) Gilberto Carvalho — Presidente

Iris Caldart e Lázaro Dumont — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 110-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Morretes, 1 trator marca Caterpillar D-4/40-A número 1649; 1 trator marca John Deere 730 S número 7325902; 1 trator marca John Deere 730 S número 7325914 e 3 grades hidráulicas de três pontos, todas pertencentes a dotação da Secretaria da Agricultura.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 17-8-73

aa) Gilberto Carvalho — Presidente

Iris Caldart e Lázaro Dumont — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 113-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Ao artigo 3.º, da Lei n.º 6.210, de 2 de agosto de 1971, ficam acrescentados os seguintes parágrafos:

“Art. 3.º

§ 1.º — Para o disposto no caput deste artigo e até o limite estabelecido no artigo 1.º da presente Lei fica o Poder Executivo, através de seus órgãos da Administração Direta ou Indireta, autorizado a:

I — dar garantias, prestar fiança ou aval, e conceder contra-garantia de fiança, de aval ou de qualquer tipo de garantia prestada por contra entidade, pública ou privada, ao Poder Executivo;

II — dar garantia e/ou vincular as quotas partes dos recursos que lhe forem transferidos pelo Governo da União, objeto do disposto nos artigos 25 e 26 da Constituição Federal;

III — dar garantia e/ou caucionar ações de capital de sua propriedade bem como, conceder poderes ao detentor da garantia ou caução, para alienar as respectivas ações, até o valor necessário ao ressarcimento do débito, em caso de não pagamento parcial ou total da dívida, por parte do Estado.

§ 2.º — A garantia ou caução de ações de Sociedades de Economia Mista Estadual, na qual o Governo do Estado é acionista majoritário, somente poderá ser efetivada com as ações que excederem a 51% (cinquenta e um por cento) do capital subscrito e integralizado de cada Sociedade de Economia Mista”.

Art. 2.º — Fica o Poder Executivo, através de seus órgãos da Administração Direta ou Indireta, até o montante de Cr\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de cruzeiros) autorizado a dar as garantias ou contra-garantias estabelecidas nos incisos I, II e III do artigo anterior, para contrair empréstimos ou obter financiamentos em moeda nacional.

Parágrafo único — A execução do disposto neste artigo poderá efetivar-se em uma ou mais operações, com um ou vários mutuantes e em qualquer data, até o que seja atingido o montante fixado no “caput” deste artigo.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 17 de agosto de 1973

aa) Gilberto Carvalho — Presidente

Iris Caldart — Relator

Alvaro Dias e Lázaro Dumont